

Comentários Críticos

Comentários sobre "As possibilidades da democracia na América Latina", de Alain Touraine

 Flávio Mendes¹

<https://orcid.org/0000-0001-6884-2333>

DOI: [10.17666/bib9803/2022](https://doi.org/10.17666/bib9803/2022)

Submetido em: 22/08/2022

Aceito em: 11/09/2022

Publicado no primeiro número da *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, em junho de 1986, o artigo "As possibilidades da democracia na América Latina", de Alain Touraine, inicia-se com um esforço para delimitar o seu objeto. Afinal, o que é democracia? Antes de propor sua definição, o sociólogo francês analisa outras perspectivas. Ele critica, em primeiro lugar, aquelas que considera muito restritas e instrumentalistas, que em geral se limitam a elencar um conjunto de instituições indispensáveis a qualquer regime democrático. Muito estreitas, elas falham ao não dar atenção suficiente às condições políticas e sociais que se mostram determinantes para as possibilidades da democracia em cada sociedade. Touraine também desaprova, em outro extremo, aquelas perspectivas que se contentam em identificá-la meramente como a expressão da vontade da maioria. Essa visão não valoriza alguns princípios fundamentais de toda democracia moderna, por exemplo, o da representatividade. Essa postura seria perigosa, sobretudo quando apresentada por atores sociais e políticos que lutavam pela democratização em diversos países latino-americanos.

A partir desse esforço inicial é fácil identificar quais interlocutores Touraine pretende alcançar: de um lado, cientistas sociais que lhe parecem mais preocupados com um conceito bem acabado de democracia do que com suas possibilidades reais; do outro, atores sociais e políticos que, no calor da luta, não demonstram compromisso com a garantia de certos requisitos básicos dos regimes democráticos.

O texto avança, então, em busca de um equilíbrio difícil. Ao sustentar que a análise das possibilidades da democracia na América Latina deve contemplar as particularidades da região, ele reafirma uma preocupação que o acompanha desde os primeiros estudos sobre a classe operária no Chile e no Brasil,

¹ Professor colaborador do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá (UEM) - Maringá (PR), Brasil. Email: flavio85@gmail.com

realizados nos anos 1950, quando notou a dificuldade de encaixar a dinâmica dessas sociedades em modelos clássicos de interpretação. Para compreendê-las, ele sugere que os cientistas sociais devem estar atentos a certas características particulares da modernização tardia que a afastam do modelo clássico (cf. Touraine, 1961). Porém, como seu objetivo não é apenas apontar desvios de padrão, Touraine também fundamenta sua reflexão numa lista de características que seriam comuns a todos os regimes democráticos. Elas são apresentadas como parâmetros para evitar noções muito amplas e vazias, imprecisas do ponto de vista sociológico e arriscadas enquanto bandeira política. Ao longo deste comentário, pretendo demonstrar que alguns questionamentos fundamentais do artigo de Touraine resultam justamente desse confronto entre enunciados gerais e a percepção de realidades particulares. Analisarei, igualmente, de que forma a ênfase no caráter específico da realidade latino-americana ou na generalidade de certos pressupostos a respeito da democracia e da modernidade podem limitar o alcance da reflexão proposta pelo autor.

O artigo de Touraine se organiza em quatro seções principais, dedicadas a avaliar de que forma se apresentam na América Latina algumas condições que ele considera básicas para toda democracia. São elas: a) a existência de um espaço político autônomo e ocupado por atores com status de cidadãos; b) a separação entre sociedade civil e Estado; c) a consciência de um princípio de igualdade entre os indivíduos; e d) a existência de grupos de interesse reconhecidos e organizados.

Ao discutir a constituição do espaço político, Touraine lembra teorias sociais que vinculam um elevado grau de mobilização social ao surgimento de regimes democráticos. A partir dessa abordagem, a democracia aparece como uma consequência quase mecânica do engajamento de um grande número de atores sociais na vida pública. Tal cenário seria típico das sociedades modernas, nas quais o processo de mudança social passaria a ser comandado por um sistema político mais autônomo, por ser menos permeável a interesses pessoais. Esse modelo sugere, em suma, que há uma tendência à racionalização da esfera pública que é inerente ao processo de modernização e mobilização social. Touraine demonstra, no entanto, que esse modelo não se sustenta quando confrontado com a história latino-americana. Muitos países da região atravessaram períodos de intenso engajamento de atores sociais e políticos que não resultaram necessariamente na constituição de regimes democráticos. Ao contrário, muitos desses processos foram, não raras vezes, conduzidos por governos autoritários ou personalistas. Touraine propõe, portanto, o abandono dessa visão, considerada genérica e um tanto evolucionista. Em contrapartida, sugere que se analise a constituição do espaço político latino-americano a partir de sua história e desafios concretos.

Desde as independências, a autonomia da esfera pública em países da região sempre apareceria limitada pelo personalismo, por um lado, e pela dificuldade de se constituir identidades nacionais, por outro. O primeiro obstáculo surgiria da resistência de grupos sociais a abrirem mão do status privilegiado de que desfrutavam em favor de um regime mais aberto e igualitário. Quando ocupam o sistema político, eles em geral se apresentam como mediadores privilegiados entre a esfera restrita do poder e uma massa de indivíduos alheios à cidadania. A política se estrutura, assim, não a partir do conflito entre grupos de interesse organizados, mas dessa oposição entre o sistema e o povo. Típica de regimes populistas, ela resulta constantemente em elevados níveis de mobilização popular, mas não pode, segundo Touraine, ser considerada democrática.

Além dessa limitação, que se impõe de cima para abaixo como consequência da resistência à dissolução de privilégios, o sociólogo francês aponta outra, que surge entre as camadas populares. Como não se sentem membros de uma comunidade nacional fundada na cidadania, elas tendem a enxergar toda mudança social como uma ameaça imposta por aqueles que detêm o poder, o que as leva constantemente a se opor ao sistema político como um todo. Embora essa postura expresse em geral uma orientação antielitista, ela também não é, por si só, mais democrática. Para Touraine, na década de 1980 essa seria uma tendência dominante entre atores sociais subalternos latino-americanos. Eles dariam eco à defesa de interesses comunitários que ganhou força na esteira das críticas ao nacional-desenvolvimentismo. Assim, além de não se identificarem com a ideia de uma comunidade nacional, eles reafirmariam a desconfiança em relação ao Estado e ao sistema político.

Essa discussão remete Touraine a outro obstáculo à constituição da democracia na região: diferentemente de países como França e Inglaterra, a invenção de regimes democráticos não aparece colada à formação das nações e dos Estados latino-americanos. Carentes desse vínculo, que naqueles países europeus se encontra na raiz das grandes revoluções modernas, as nações dessa região não encontram um princípio de unidade fundamental e ficam mais vulneráveis às ameaças de cima e de baixo, provenientes de grupos que se mostram intransigentes na busca de vantagens políticas e econômicas.

Ao apresentar esse argumento, Touraine parece fazer um apelo direcionado a alguns atores políticos envolvidos nas lutas pela redemocratização: a democracia não será alcançada ou se sustentará caso todos se pautem por programas muito radicais. Esse alerta reforçava a posição defendida por algumas figuras públicas que, em países como o Brasil, sugeriam a criação ou a manutenção de frentes democráticas que reunissem diversos interesses de classe, acentuados a partir do retorno da liberdade de organização partidária. Esse era o argumento de Fernando Henrique Cardoso, há décadas um dos principais interlocutores de Touraine na América Latina. Engajado no debate político, o sociólogo e então senador preconizava a permanência da oposição à ditadura no Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Parte de seus argumentos, que se aproximam da reflexão proposta por Touraine, podem ser vistos em Cardoso (1982, 1983).

Entre as teses que ambos compartilham está uma que é igualmente central no artigo de Touraine: os atores sociais latino-americanos não apresentam autonomia nem força para comandarem processos de mudança social como a redemocratização. Essa fragilidade seria resultado da formação das classes sociais em contextos dominados pelo patrimonialismo e, portanto, sua intensidade varia entre países. No entanto, para Touraine, todas as nações da região apresentam limites menos definidos entre sistema político e Estado do que aqueles encontrados nas primeiras sociedades modernas. Sobretudo no caso francês, o sistema político é em geral definido como o espaço da diversidade de interesses. O Estado, por sua vez, aparece como o guardião da unidade nacional, tanto diante de outros países quanto da comunidade nacional. Na América Latina, onde esse princípio de unidade é mais fraco, o Estado acaba vinculado direta e frequentemente a interesses parciais, de grupos ou atores sociais específicos, ora oligárquicos, ora populares. Touraine afirma que essa ligação não mediada pelo sistema político representa um obstáculo à formação de atores sociais autônomos e prejudica a compreensão dos limites entre sociedade civil e Estado:

“Tal confusão quase constante dos três níveis de organização da vida social – sistema socioeconômico, sistema político, Estado – [...] limita a capacidade de ação autônoma dos atores sociais, mas também a democracia como espaço político específico” (Touraine, 1986, p. 5).

Nesse cenário, a concorrência entre os partidos políticos parece se encerrar em si mesma. Ela passa ao largo de demandas de atores sociais que, muitas vezes, nem chegam a ser formuladas. Dessa forma, a frustração de parcelas da população que não veem suas reivindicações atendidas pelo Estado abre caminho para o surgimento recorrente de líderes populistas, que buscam se colocar ao lado do povo e contra o sistema. Corrói-se, assim, o princípio da representatividade, fundamental para as democracias modernas. Chegamos, enfim, ao que para o sociólogo francês parece ser o problema central:

A fraqueza principal da democracia na América Latina foi e é a ausência da formação de atores sociais autônomos. Os partidos não podem ser representativos se os interesses sociais que devem representar não se organizam fora do seu controle direto (Venezuela ou Colômbia) ou do controle direto do Estado (Brasil ou México). (Touraine, 1986, p. 7).

O que Touraine descreve é uma situação invertida em relação ao padrão de modernização: se, em países como França e Inglaterra, os atores políticos se constituem como expressão direta e orgânica da luta entre grupos e classes sociais, nas sociedades latino-americanas, ao contrário, esses atores se organizam a partir do estímulo do Estado ou de grandes partidos que acabam se confundindo com ele. Essa tese tem grandes implicações para a reflexão sobre as possibilidades da democracia na América Latina, pois mobiliza questões centrais da teoria acionalista, na qual Touraine fundamenta sua reflexão sociológica (cf. Touraine, 1973). Para ele, as sociedades se definem essencialmente pela capacidade de se produzir e reproduzir a partir da ação e do conflito entre seus atores sociais. Na modernidade, esse movimento resulta, sobretudo, da interação entre atores organizados, autônomos e conscientes. A democracia é o espaço onde esse processo criativo se realiza.

Na primeira fase de sua sociologia, nas décadas de 1950 e 1960, Touraine apontava a classe operária como a protagonista desse processo contínuo de produção e reprodução social. Não por acaso suas pesquisas do período são dedicadas exclusivamente à Sociologia do Trabalho. A partir do final dos anos 1960, no entanto, o sociólogo francês passou a sustentar que a sociedade industrial, orientada pelo conflito entre capital e trabalho, estava em declínio. Nas sociedades pós-industriais que emergiam, era preciso identificar e estudar quais atores viriam a ocupar o espaço deixado pela classe trabalhadora. Para Touraine, esse protagonismo seria desempenhado pelos novos movimentos sociais. Tal hipótese já não era defendida com tanta convicção no final dos anos 1980, quando o sociólogo passou a destacar o limite da atuação desses novos atores. Seus trabalhos sobre o tema ecoavam nas Ciências Sociais latino-americanas, que também se esforçavam para interpretar o papel dos novos movimentos sociais. Mais uma vez, sobretudo para um grupo de autores que dialogavam mais intensamente com o sociólogo francês, os atores sociais da região se destacariam por sua fragilidade, algo que representa, para Touraine, um obstáculo não só à democracia, mas às possibilidades de modernização.

Pelo exposto até aqui, o futuro da democracia na América Latina parecia pouco promissor. Os atores engajados nas lutas pela redemocratização, tanto os partidos quanto os movimentos sociais, poderiam perguntar ao sociólogo francês: se somos tão frágeis só nos resta mais uma vez esperar que o Estado conduza o processo de mudança social? Em sua conclusão, Touraine parece tentar responder a essa questão. Ele indica a existência de uma situação nova e comum a muitos países da região que, de modo surpreendente, poderia favorecer a redemocratização: mergulhados numa enorme crise, os Estados nacionais, assim como os atores sociais, também demonstravam grande fragilidade. Esse seria um cenário raro na história latino-americana, na qual os principais impulsos à modernização surgiram sob o controle de Estados fortes, patrocinadores tanto dos primeiros avanços da industrialização quanto das grandes agendas desenvolvimentistas. Touraine destaca, inclusive, que, enquanto ideia-chave do mundo capitalista no século XX e princípio de unidade nacional, o desenvolvimentismo ocupou um espaço que no século anterior pertencia à democracia. O século XX seria, nesse sentido, antidemocrático, repleto de Estados modernizadores e autoritários.

O cenário da década de 1980, marcado pela dupla fragilidade do Estado e dos atores sociais, parecia favorável à emergência do sistema político como mediador. Isso ocorria, segundo Touraine, porque a crise econômica limitava a capacidade do Estado de atender diretamente os interesses de grupos sociais dominantes ou subalternos. Dessa forma, empresários e sindicatos se veriam forçados a dialogar, apelando, enfim, para partidos que representassem suas demandas. Ou seja, Touraine viu na crise do Estado uma brecha para o amadurecimento da sociedade civil. Não é difícil perceber que essa aposta estava baseada na hipótese de que o conflito entre essas duas esferas era um elemento central – se não o principal – da organização da vida social em países latino-americanos. Segundo essa visão, se o Estado perdesse força, a sociedade civil tenderia a ganhar, pois não se encontraria mais tão sufocada pela ação centralizadora do primeiro. Trata-se de uma tese otimista que buscou justificativa na história da região.

Porém, compartilhando algumas dessas hipóteses, agendas neoliberais começaram naquele período a ganhar terreno na América Latina. Elas miravam especialmente naquilo que se considerava herança de corporativismos anacrônicos, incompatíveis com as exigências políticas, sociais e econômicas da nova ordem mundial. Avançou-se, assim, numa direção que parecia atender aos anseios de um novo ciclo de modernização, mais fundado na sociedade civil do que no Estado. Porém esse projeto avançou sem que o sistema político se consolidasse como mediador de interesses antagônicos, frustrando expectativas mais otimistas como a de Touraine. Ao contrário, o desmanche do Estado parece ter minado as possibilidades de articulação entre as demandas de grupos sociais, especialmente subalternos, e o sistema político. Algo que talvez seja inevitável se a noção de sociedade civil adotada não contempla o conflito entre classes sociais, sobretudo no nível que ele tende a assumir em nações tão desiguais quanto as latino-americanas.

Próximo ao fim destes comentários, considero válida uma pergunta: é possível traçar paralelos entre os anos 1980 e a atual conjuntura brasileira? Seguindo as pistas de Touraine, poderíamos imaginar que o Estado demonstra grande fragilidade mais uma vez. O tratamento da questão social através de programas com curto prazo de validade e os péssimos indicadores econômicos, ambos acentuados no contexto de uma emergência sanitária, sugerem a incapacidade

de contemplar interesses de setores sociais subalternos e dominantes. Portanto, na atual conjuntura, seria possível imaginar um novo caminho aberto para o fortalecimento do sistema representativo? Estaríamos diante de uma nova oportunidade histórica de democratização das nações latino-americanas?

Acredito que nem Touraine repetiria essa aposta hoje. Seus trabalhos publicados a partir da década de 1990, voltados a uma reflexão mais profunda sobre a modernidade (cf. Touraine, 1992), apontam para uma crise de grandes proporções, diante da qual nem as democracias mais exemplares parecem estar a salvo. Nelas os atores sociais também perdem autonomia e criatividade, o que para o sociólogo francês ameaça as bases de toda a experiência moderna.

Acredito, por fim, que Touraine acerta ao propor uma discussão sobre as possibilidades da democracia latino-americana sem fechar os olhos para sua história. Dessa forma, ele retoma temas e questões fundamentais do pensamento social da região, com os quais estabelece um diálogo criativo e atual. No entanto, o caráter catastrófico e determinante que ele atribui à fragilidade dos atores sociais, apesar de coerente com sua teoria acionalista, acaba se convertendo num obstáculo para a compreensão da trajetória e das possibilidades *reais* da democracia na região. Todo o complexo caminho da política latino-americana do século XX parece se resumir ao resultado de impulsos autoritários, controlados por Estados centralizadores, com pouco ou nenhum peso da participação dos atores sociais. Essa é uma visão que me parece limitada, inclusive se levarmos em consideração pesquisas que propunham, no mesmo período, um novo olhar tanto sobre a história das classes e grupos sociais quanto do processo de construção dos sistemas políticos e da cidadania na região.

Quando deixa o passado e aponta para o futuro, o olhar de Touraine não é menos problemático. A democracia na América Latina só lhe parecia viável através de uma inovação completa e radical de toda a vida social, alcançada por meio de uma modernização plena. Esse é outro problema cuja análise não cabe nesse comentário: Touraine muitas vezes colocou as sociedades latino-americanas um tanto aquém ou à margem da modernidade (cf. Touraine, 1987, 1988), o que, a meu ver, representa um limite às possibilidades de interpretação não apenas de nossa realidade, mas da experiência moderna como um todo. Uma visão mais integrada talvez o fizesse perceber que alguns dos obstáculos enfrentados hoje pelas democracias consideradas mais maduras surgiram em regiões periféricas como a América Latina, onde a modernidade sempre revelou sua face mais contraditória.

Destaco, porém, que estes comentários críticos não têm o objetivo de apagar as qualidades da discussão proposta por Touraine. No momento em que nos dedicamos a refletir sobre a crise da democracia na região, reler seu artigo é um exercício enriquecedor, que nos remete à profundidade e à complexidade de questões urgentes.

Referências bibliográficas

CARDOSO, F. H. A América Latina e o socialismo na década de 80. In: CARDOSO, F. H.; TRINDADE, H. (org.). **O novo socialismo francês e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 13-29.

- CARDOSO, F. H. Partidos políticos. In: SINGER, P.; BRANT, V. C. (org.). **São Paulo: o povo em movimento**. Petrópolis: Vozes, 1983. p. 177-205.
- TOURAINÉ, A. As possibilidades da democracia na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-10, 1986. Disponível em: http://anpocs.com/images/stories/RBCS/01/rbcs01_01.pdf. Acesso em: 20 ago. 2022.
- TOURAINÉ, A. **Actores sociales y sistemas políticos de América Latina**. Santiago: PREALC, 1987.
- TOURAINÉ, A. **Critique de la modernité**. Paris: Fayard, 1982.
- TOURAINÉ, A. Industrialisation et conscience ouvrière à São Paulo. **Sociologie du Travail**, v. 3, n. 4, p. 77-95, 1961.
- TOURAINÉ, A. **Production de la société**. Paris: Editions du Seuil, 1973.
- TOURAINÉ, A. **La parole et le sang: politique et société en Amérique latine**. Paris: Odile Jacob, 1988.

Resumo

Comentários sobre “As possibilidades da democracia na América Latina”, de Alain Touraine

Neste texto realizo comentários sobre o artigo “As possibilidades da democracia na América Latina”, de Alain Touraine, publicado na *Revista Brasileira de Ciências Sociais* em 1986. Escrito num período de luta pela redemocratização em diversos países latino-americanos, o trabalho permite recuperar pontos importantes dos debates em torno da democracia que atravessavam o campo das Ciências Sociais e a atuação de atores políticos da região. Touraine organiza sua reflexão a partir da sugestão de quatro requisitos básicos para o surgimento e a manutenção de regimes democráticos e, em seguida, analisa se essas condições estão presentes em países latino-americanos. A leitura do artigo possibilita tanto avaliar os dilemas da época quanto refletir sobre a atualidade de alguns questionamentos propostos pelo sociólogo francês.

Palavras-chave: *Democracia; América Latina; Estado; Sociedade civil.*

Abstract

Commentary on “The chances of Democracy in Latin America,” of Alain Touraine

In this text I comment the article “The chances of Democracy in Latin America,” of Alain Touraine, published in the *Revista Brasileira de Ciências Sociais* in 1986. Written in a period of dispute for the re-democratization in many Latin American countries, the work allows recovering important points of the debates surrounding democracy that crossed the field of Social Sciences and the actuation of political actors of the region. Touraine organizes his reflection from the suggestion of four basic requirements for the emergence and maintenance of democratic regimes and, then, analyses if those conditions are present in Latin American countries. The reading of the article permits both evaluating the dilemmas of the time and reflecting on how currently relevant some of the questionings proposed by the French sociologist are.

Keywords: *Democracy; Latin America; State; Civil society.*

Résumé

Commentaire sur « Les chances de la Démocratie en Amérique Latine » de Alain Touraine

Dans ce texte je commente l'article « Les chances de la Démocratie en Amérique Latine » de Alain Touraine, publié dans la *Revista Brasileira de Ciências Sociais* en 1986. Écrit dans un temps de dispute pour la redémocratization en divers pays de l'Amérique latine, le travail permet de récupérer des points importants des débats autour de la démocratie qui traversent le champ des Sciences Sociales et l'actuation des acteurs politiques de la région. Touraine organise sa réflexion dès la suggestion de quatre réquisits basiques pour l'émergence et la manutention des régimes démocratiques et, ensuite, analyse si ces conditions sont présentes dans les pays latino-américains. La lecture de l'article rends possible soit l'analyse des dilemmes de l'époque soit la réflexion sur l'actualité de quelques questionnements du sociologue français.

Mots-clés : *Démocratie ; Amérique latine ; État ; Société civile.*